

Seminário - Descentralização do Banco Central

Câmara dos Deputados – Comissão de Finanças e Tributação

Anexo II, Plenário 04

31.10.2013, 9h30

Brasília - DF

Mesa:

- Deputado Amauri Teixeira – autor do requerimento para a realização do Seminário e presidente da mesa
- Marden Marques Soares – diretor da Confederação Nacional do Sistema de Cooperativas do Brasil (Sicoob)
- Adalberto Felinto da Cruz Jr. – chefe do Depog do BCB
- José Ricardo da Costa e Silva – conselheiro nacional do Sinal
- Eduardo Stalin Silva – presidente em exercício do Sinal

Discurso do presidente do Sinal:

[Cumprimentos e agradecimento]

O Sindicato dos Funcionários do Banco Central (Sinal) acaba de completar 25 anos – aniversariou no dia 28, segunda-feira passada. Um dos primeiros sindicatos de servidores públicos federais a conseguir o registro sindical, foi fundado 23 dias após a promulgação, em 5 de outubro de 1988, da Constituição Cidadã.

Nesses 25 anos, além de buscar os objetivos próprios dos sindicatos, ou seja, a representação, a defesa dos direitos e a promoção dos interesses da categoria e das reivindicações dos filiados, o Sinal tem aplicado esforços incessantes e continuados no sentido de provocar a estruturação do Sistema Financeiro Cidadão, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, segundo o art. 192 da Constituição, também Cidadã.

Finalmente, tais esforços estão começando a dar frutos: resultaram em subsídios para o recente Projeto de Lei Complementar PLS nº 363, de 2013, que cria o Conselho Nacional de Política Econômica e Financeira e dispõe exatamente sobre a estrutura básica do Sistema Financeiro Nacional.

Vislumbramos um Banco Central sintonizado com um Novo Projeto de País que trilhe o caminho do desenvolvimento com redução das profundas desigualdades regionais e sociais herdadas do século passado.

Desejamos e nos incorporamos em um Projeto de Nação que valorize as instituições democráticas, que defenda a soberania nacional e se comprometa com um desenvolvimento sustentável em todas as regiões do Brasil, o que exige a presença de instituições fortes em todo o território nacional, entre elas o Banco Central, de forma a garantir que os operadores financeiros cumpram suas obrigações sociais definidas na Carta Magna:

- mais prestação de serviços de relevante valor para a sociedade, incrementando o combate à lavagem de dinheiro e à evasão de divisas, coibindo a cobrança de spreads abusivos, formulando políticas econômicas que privilegiem a geração de empregos e a distribuição da renda, combatendo a falsificação de dinheiro, promovendo a educação financeira e incentivando as microfinanças.

Além desse leque de atividades que se somam à missão atual da autoridade monetária, de assegurar o poder de compra da moeda nacional e a solidez e eficiência do sistema financeiro nacional, o BC e seus servidores precisam estar próximo dos usuários do sistema financeiro, disponíveis a todas as pessoas físicas e jurídicas do nosso país continental, para lhes ouvir os reclamos e atender às suas necessidades.

Um grande banco pode ter a sua sede em um grande centro, e lá estará a fiscalização verificando a aderência de suas práticas aos ditames do Conselho Monetário Nacional. Mas, por vezes, e não poucas, o cidadão prejudicado está longe, a centenas, mesmo milhares de quilômetros da sede do banco em que tem conta e da representação mais próxima do Banco Central.

É preciso, pois, além de dotar as unidades organizacionais dos recursos adequados à sua missão presente e futura, descentralizar e estabelecer novas representações do Banco Central nas capitais estaduais e principais cidades do país.

E o que impede o Banco Central do Brasil de ampliar o atendimento aos citados interesses coletivos? Ou como pensa nossa Administração?

Pelo lado dos recursos humanos, a situação é bastante preocupante: de uma dotação legal de 6.470¹ servidores, estabelecida na lei nº 9.650, de 1988, que dispõe sobre o plano de carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, vimo-nos reduzidos, atualmente, a 4.085² servidores, 63% da dotação legal.

Desde 2009 até setembro passado, 1.605 experientes servidores aposentaram-se, sendo que outros 860 (21% do atual quadro de ativos) poderão fazê-lo até 2015. Os concursos públicos realizados – há um, em andamento, que dará posse a 515 novos colegas somente no ano que vem – não têm sido suficientes para repor as aposentadorias, quiçá para estender a operação do BCB!

¹ 5.309 Analistas + 861 Técnicos = 6.170 Especialistas e 300 Procuradores

² 3.318 Analistas + 588 Técnicos = 3.906 Especialistas e 179 Procuradores

De qualquer forma, vamos comentar aqui 3 afirmações da Administração do BCB, pronunciadas pelo presidente Alexandre Tombini, em entrevista concedida à revista *Por Sinal* número 36, publicada pelo Sindicato e veiculada há pouco menos de 2 anos, em dezembro de 2011.

Afirmou o presidente Tombini:

1. *Não estamos adotando qualquer política de centralização de atividades em Brasília.*
2. *Não há qualquer diretriz ou determinação para que as regionais sejam esvaziadas.*
3. *Buscar maior integração das ações da sede e regionais, de forma a melhor otimizar os recursos disponíveis.*

Diante das inúmeras decisões adotadas pela Administração do BCB nos últimos anos, se não se trata de uma política deliberada, é imprescindível a criação de um espaço voltado para o debate transparente do tema, pois um assunto dessa relevância não deve ser deixado à mercê das marés.

Exemplos de “centralização de atividades” não faltam – qualquer consulta, formal ou informal, que se faça hoje aos servidores do Banco, irá indicar a quase absoluta percepção a respeito da existência, sim, de processo, em curso acelerado, de centralização de atividades (de servidores, de funções comissionadas, de exercício concreto de poder) em Brasília.

No citado cenário de contínua redução de recursos humanos, salta aos olhos a concentração na sede que, no final de setembro, contava com 1.819 servidores (44% do total de ativos). Comparativamente, a regional São Paulo contava com 711 (17%), o Rio de Janeiro, com 535 (13%) e as 7 outras regionais juntas, com 1.034 (25%).

A propósito da concentração do poder decisório, constata-se que a sede detém, atualmente, 60% dos cargos comissionados de todo o BCB. Uma conta rápida nos mostra que a relação cargos comissionados por servidores ativos na sede já é o dobro da mesma relação medida no conjunto das 9 regionais.

Em que pese a contradição constatada, convém trazer uma dimensão que julgamos mais substantiva sobre o assunto, resumida na seguinte pergunta:

Que tipo de presença o Banco Central do Brasil quer ter no território nacional?

Ressaltamos o verbo “querer”, aqui utilizado como expressão de uma vontade política a ser estabelecida a partir de um debate aberto, que contemple a participação ativa do maior conjunto possível (em quantidade e qualidade) de sujeitos sociais, pautado pela busca de caminhos que melhor atendam aos anseios da sociedade brasileira naquilo que se refere aos serviços prestados pela instituição.

A pergunta proposta comporta uma série de outras, sobre as quais a organização precisa refletir com urgência. É a partir desta reflexão que o futuro das representações regionais, e da instituição como um todo, deverá ser traçado.

Quanto ao esvaziamento, o que se vê, na prática, é a aplicação de uma política de deixar as regionais morrer à míngua, como quando não se tem mais nenhuma esperança em relação à possibilidade de cura e se abandona o doente à sua própria sorte.

O desmonte das regionais, iniciado pela reestruturação administrativa ocorrida em 1999, tem continuado, por caminhos diversos e menos traumáticos, como um lema da Administração do Banco.

A adoção da ideia “*sede concebe, regional executa*” (amplamente dominante na sede da Instituição) ao invés do preceito “*pensar globalmente, agir localmente*” (uma quase unanimidade no que diz respeito às mais adequadas formas de gestão do trabalho nas organizações modernas), tem gerado uma crescente desqualificação das tarefas realizadas nas regionais.

Os servidores das regionais veem o seu trabalho cada vez mais apequenado e desqualificado, levando à desmotivação e redução de sua autoestima, à deterioração, enfim, da Qualidade de Vida no Trabalho.

Em relação à integração (ou reintegração) sede-regionais, se existe qualquer orientação nesse sentido, alguém precisa informar a Comunidade BCB sobre ela. É bem verdade que há Unidades cujos servidores parecem estar preocupados com o tema, tentando obter os melhores resultados possíveis diante de um quadro lamentável de desmobilização de recursos nas regionais. Mas essa, por certo, não é a regra.

Para que se torne possível a superação de tal quadro de desmobilização de recursos, é fundamental que o Banco adote práticas que não só permitam mas também incentivem a intensa participação dos servidores das regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação.

E isso porque é pacificamente aceito, entre especialistas contemporâneos em gestão do trabalho, o entendimento de que é mais que relevante a existência, nas organizações, de espaço para a ampla aplicação da criatividade – elemento constituinte essencial de todo e qualquer ser humano – ao processo de trabalho.

Certamente, há hoje nas regionais inúmeros servidores qualificados para o desempenho de tarefas atualmente centralizadas em Brasília, o que gera a supressão, para esses servidores, da isonomia de trabalho, relativamente aos servidores da sede.

O Sindicato dos servidores do BCB tem acumulado muitas outras reflexões acerca do assunto, que poderiam ser utilizadas no contexto de um amplo e denso debate, intra e extramuros do Banco, com vistas à obtenção da mais adequada resposta à questão colocada anteriormente:

Que tipo de presença o Banco Central do Brasil quer ter no território nacional?

Queremos um modelo de Banco com dificuldades para o melhor cumprimento de seu relevante papel social, sujeito a “Riscos de RH”, podendo, em última análise, até mesmo vir a se tornar refém de instituições a quem cabe normatizar, fiscalizar, orientar? Ou queremos um modelo de BCB que conte com ajustado quadro de servidores, adequadamente ressuprido, em permanente processo de desenvolvimento profissional-social-pessoal, justamente remunerado, dispondo de elevada Qualidade de Vida no Trabalho, com atuação na totalidade de nosso país?

Queremos um modelo de Banco que apenas torne disponível a alternativa de um “0800” para seu contato com o público? Ou queremos um modelo de BCB que ofereça atendimento presencial, pessoal, personalizado às cidadãs e cidadãos que procuram nossa instituição em busca de informações, protocolando reclamações, ansiando por justiça em suas muito desiguais relações com o Sistema Financeiro Nacional?

Queremos um modelo de Banco que, tal qual propunha um ex-presidente do BCB, após ser efetuada a *minimalização* de sua missão institucional, poderia vir a ser “*tocado por oitocentos servidores*”? Ou queremos um modelo de BCB que, a exemplo de diversos outros destacados bancos centrais mundo afora, apresente extensa e intensa presença em todo o território nacional, respeitando e incorporando, em sua ação, a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil?

O debate precisa ser retomado!

Antes, porém, convém instar, uma vez mais, o presidente Tombini e a Administração do BCB a se manifestarem, em concordância conosco – esperamos –, sobre a questão que tem permeado o nosso discurso, eventualmente reformulada:

Que tipo de presença os senhores julgam que o Banco Central do Brasil deve ter no território nacional?

Muito obrigado!